

Saúde pode ter prejuízo de R\$ 656 milhões com veto

O Ministério da Saúde avalizou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao artigo da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) que buscava garantir no Orçamento de 2005 a manutenção dos investimentos em saúde no mesmo nível deste ano. Na prática, a decisão de usar uma base menor do que a pretendida pelos parlamentares para o cálculo dos gastos com saúde fará o setor perder pelo menos R\$ 656 milhões no próximo ano. Os vetos à LDO foram publicados na última sexta-feira em edição extra do *Diário Oficial da União*.

A Emenda Constitucional 29, que vinculou os gastos da

União com saúde à evolução do Produto Interno Bruto (PIB), prevê que anualmente o governo corrija, pela variação do PIB, o "valor apurado no ano anterior". A polêmica é se o "valor apurado" é o gasto realizado no ano anterior ou o piso mínimo da emenda. Neste ano, em particular, o gasto ficará acima do piso.

Na avaliação do deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), que participou no ano 2000 das negociações em torno da elaboração da emenda 29, a intenção era de que os gastos com saúde nunca caíssem de um ano para outro.

PEC 29 - Esta também é a in-

terpretação do Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com os parlamentares. "O Lula rasgou a mensagem presidencial deste ano, na qual dizia que cumpriria a PEC 29", protestou Perondi.

Com base na estimativa de PIB deste ano, o governo deve projetar no Orçamento de 2005 despesa de R\$ 34,4 bilhões com a saúde (incluindo pessoal da ativa). Se, adicionalmente, a base de correção incluísse todos os gastos que devem ocorrer este ano já descontada a parcela residual de 2003 que foi investida este ano, a projeção subiria para R\$ 35 bilhões. Daí a diferença de R\$ 656 milhões.